

ATA NÚMERO 18/XIV/1.ª

Aos cinco dias do mês de maio de 2020, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura e Comunicação, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 10 e 11 de março de 2020 e 15 de abril de 2020.

3. [Projeto de lei n.º 337/XIV/1.ª](#) (PAN) - Altera o Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico:

Deputado Relator: (PS)

4. [Projeto de lei n.º 342/XIV/1.ª](#) (PCP) - Medidas excecionais e temporárias de apoio ao sector da comunicação social, nomeadamente para as rádios locais, imprensa local e regional, LUSA - Agência de Notícias de Portugal, e RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA, e de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores do sector:

Deputado Relator: (PSD)

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2018:

- Relatora: Deputada Rosário Gamboa (PS)

6. Apreciação e votação do parecer do [Projeto de lei n.º 243/XIV/1.ª](#) (BE) — Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais:

- Relatora: Deputada Fernanda Velez (PSD)

7. Apreciação e votação do parecer do [Projeto de lei n.º 257/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela não utilização de dinheiros públicos para financiamento de atividades tauromáquicas:

Relatora: Deputada Beatriz Gomes Dias (BE)

8. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [Petição n.º 35/XIV/1.ª](#) — Classificação da ponte 25 de Abril como monumento nacional e não como monumento de interesse público como a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) pretende propor ao Governo:

Deputado Relator: Grupo Parlamentar do PS

9. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [Petição n.º 61/XIV/1.ª](#) - Justa salvaguarda e proteção do património arqueológico da Nação portuguesa:

Deputado Relator: Grupo Parlamentar do PSD

10. Apreciação e votação do Relatório de acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia:

Relatora: Deputada Filipa Roseta (PSD)

11. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Ministra da Cultura, do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e da Comissão de Trabalhadores da RTP, sobre os planos urbanísticos projetados para os terrenos do Centro de Produção do Norte, no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia.

12. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), no âmbito do apoio das autarquias locais ao setor da cultura.

13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para que se proceda à audição do Presidente do Conselho de Administração da RTP sobre a alienação dos terrenos do Centro de Produção do Norte, já aprovada na sequência do requerimento por si apresentado em 10 de março mas não realizada na sequência da epidemia do COVID.

14. Outros assuntos

1. Informações

Dando início à reunião, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura e Comunicação, Deputada Ana Paula Vitorino, começou por lembrar a necessidade de reagendar a 2.ª audição regimental da Senhora Ministra da Cultura, que esteve agendada para o dia 25 de março passado. Nesse sentido, questionou a Comissão no sentido de saber se essa audição poderia ser agendada para o próximo dia 13 de maio, o que mereceu o consenso de todos os Grupos Parlamentares.

A este propósito, lembrou também ser necessário reajustar o mapa relativo à calendarização das audições regimentais por forma a que a 2.ª e a 3.ª audição não tenham lugar no mesmo mês, marcando a 3.ª para a primeira ou segunda semana de junho.

Deu também conta da baixa à Comissão de Cultura e Comunicação do [projeto de resolução n.º 395/XIV/1.ª](#) (BE) - Verba suspensa do TV FEST deve duplicar orçamento da linha de apoio de emergência para apoio às artes — e do [projeto de resolução n.º 401/XIV/1.ª](#) (BE) - Investimento extraordinário nas pequenas editoras e livrarias independentes na resposta à crise económica —, tendo o Grupo Parlamentar do BE informado que a discussão destas iniciativas seria feita em Comissão.

De seguida, informou que o Conselho Geral Independente tinha enviado à Comissão o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Projeto Estratégico para a RTP e o Parecer sobre as Obrigações Legais de Investimento em Produção Audiovisual e Cinematográfica Independente de 2018 e que o Conselho de Opinião tinha remetido igualmente o parecer ao plano de atividades, investimentos e orçamento para 2020 da Rádio e Televisão de Portugal, SA, e que ambos os documentos já se encontravam publicados na [página da Comissão](#).

Por último, transmitiu que, atendendo às medidas de contingência implementadas no âmbito da COVID-19, a audição sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020, prevista para o dia 2 de abril, tinha sido adiada para data a indicar oportunamente.

2. Apreciação e votação das atas das reuniões de 10 e 11 de março de 2020 e 15 de abril de 2020

As atas das reuniões de 10 e 11 de março de 2020 e 15 de abril de 2020 foram aprovadas por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PAN.

3. [Projeto de lei n.º 337/XIV/1.ª](#) (PAN) - Altera o Decreto-Lei n.º 10-I/2020, de 13 de março, que estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19 no âmbito cultural e artístico

No âmbito deste ponto, a Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS) informou que o relator desta iniciativa seria a Senhora Deputada Cristina Sousa (PS).

4. [Projeto de lei n.º 342/XIV/1.ª](#) (PCP) - Medidas excecionais e temporárias de apoio ao sector da comunicação social, nomeadamente para as rádios locais, imprensa local e regional, LUSA - Agência de Notícias de Portugal, e RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA, e de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores do sector

A Senhora Deputada Fernanda Velez (PSD) transmitiu à Comissão que a relatora da iniciativa em apreço seria a Senhora Deputada Carla Borges (PSD).

5. Apreciação e votação do parecer sobre a [Conta Geral do Estado de 2018](#)

A **Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS)** fez a apresentação do **parecer**, que, uma vez submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do PAN.

6. Apreciação e votação do parecer do [Projeto de lei n.º 243/XIV/1.ª](#) (BE) — Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais

A **Senhora Deputada Fernanda Velez (PSD)** fez a apresentação do parecer, após o que a Senhora Deputada Alexandra Vieira (BE) usou da palavra para propor que, para além das entidades propostas no parecer para serem ouvidas em sede de especialidade, sejam também auscultadas a Associação Animal e a Plataforma Basta, o que não mereceu qualquer objeção.

Uma vez submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

7. Apreciação e votação do parecer do [Projeto de lei n.º 257/XIV/1.ª](#) (PAN) — Pela não utilização de dinheiros públicos para financiamento de atividades tauromáquicas

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, este ponto da Ordem do Dia foi adiado para uma próxima reunião.

8. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [Petição n.º 35/XIV/1.ª](#) — Classificação da ponte 25 de Abril como monumento nacional e não como monumento de interesse público como a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) pretende propor ao Governo

A Senhora Presidente da Comissão submeteu à consideração da Comissão a nota de admissibilidade, que, uma vez submetida a votação, foi aprovada por unanimidade, sendo que foi deliberado não nomear deputado relator, resultando o relatório final da nota de

admissibilidade, assim convolada em relatório, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 17.º da LEDP.

9. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [Petição n.º 61/XIV/1.ª](#) - Justa salvaguarda e proteção do património arqueológico da Nação portuguesa

Entrando neste ponto da Ordem do Dia, a Senhora Presidente submeteu à consideração da Comissão a nota de admissibilidade elaborada pelos serviços de apoio, que, uma vez submetida a votação, foi aprovada por unanimidade, tendo sido designada relatora da petição a Senhora Deputada Sofia Araújo (PS).

10. Apreciação e votação do Relatório de acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia

A **Senhora Deputada Filipa Roseta (PSD)** fez a apresentação do relatório, após o que usou da palavra a **Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP)** que sublinhou o carácter factual do relatório apresentado, bem como da sua conclusão, que, no fundo, reflete as políticas e as recomendações provenientes da União Europeia e a sua aplicação a nível interno. Disse também que, como é sabido, o Grupo Parlamentar do PCP tem tido uma posição crítica em relação a todo o processo de integração europeia, tendo apresentado já várias críticas em relação a diversas matérias, como é o caso da que está em apreciação no relatório em análise. Há situações a que, em termos políticos, a União Europeia não tem dado qualquer resposta positiva quanto àquilo que é o desenvolvimento soberano dos povos, nomeadamente naquilo que respeita às especificidades culturais.

Concluindo, disse nada ter contra o relatório em si, solicitando apenas que a sua declaração de voto conste da ata, sublinhando haver na área da cultura muitas diretivas cujas consequências ainda não se conhecem.

Não havendo mais inscrições, o relatório foi submetido à votação e aprovado por unanimidade.

11. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição da Ministra da Cultura, do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e da Comissão de Trabalhadores da RTP, sobre os planos urbanísticos projetados para os terrenos do Centro de Produção do Norte, no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia

13. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para que se proceda à audição do Presidente do Conselho de Administração da RTP sobre a alienação dos terrenos do Centro de Produção do Norte, já aprovada na sequência do requerimento por si apresentado em 10 de março mas não realizada na sequência da epidemia do COVID

A discussão destes dois pontos foi feita conjuntamente.

Usou da palavra o **Senhor Deputado José Cancela Moura (PSD)** para fazer a apresentação do requerimento afirmando que, depois da recente denúncia da deliberação do Conselho de Administração da RTP sobre a alienação, em 2016, da antiga estação emissora da RDP, em Miramar, por 1.751.000,00 euros e que entretanto foi colocada à venda por 12,3 milhões, acresce agora uma outra questão de idêntica natureza, que se prende com os planos urbanísticos projetados para os terrenos do próprio Centro de Produção do Norte, no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia, pretendendo o Conselho de Administração alienar 2/3 dos atuais 45 mil m², que atualmente compõem aquele Centro de Produção, onde trabalham 300 trabalhadores, com o alegado objetivo de financiar a requalificação e reequipamento técnico deste Centro.

Sublinhou também que a própria autarquia de Vila Nova de Gaia já confirmou que o projeto deu entrada nos seus serviços a 31 de janeiro de 2020, tendo o próprio Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia confirmado existir a intenção da RTP de alienar “uma tira de terreno, sem utilidade, onde só cresce mato.

De seguida, referiu que o Centro de Produção do Norte é um dos mais importantes centros de produção de conteúdos radiofónicos e televisivos da Península Ibérica e seguramente o de maior preponderância a norte do Tejo e que a sua existência tem sido preponderante para a

vida da região Norte, sendo também o único estúdio de produção televisiva dos canais generalistas sediado fora da Área Metropolitana de Lisboa.

Sublinhou também o impacto direto e indireto do Centro de Produção do Norte no crescimento da economia local e do contributo fundamental para a cultura e para a educação, desde há mais 60 anos, através da criação de emprego, mas também gerando postos de trabalho em inúmeras empresas prestadoras de serviços, complementada pela promoção de uma rede de produtores de televisão e rádio, da emissão do serviço da tele escola, da produção de centenas de peças de teatro e da valorização de fornecedores no domínio da eletrónica, das telecomunicações ou da comunicação, a partir da Área Metropolitana do Porto.

Disse também que para o Grupo Parlamentar do PSD a possibilidade do Conselho de Administração proceder a uma nova operação de alienação de património, desta feita correspondente a parte substancial dos terrenos do Monte da Virgem, o que inclusivamente implicará a demolição do estúdio C, uma das peças mais importantes do atual Centro de Produção, é motivo de grande preocupação, sobretudo porque esta decisão terá consequências nefastas, prejudicando de forma definitiva a consolidação da atividade da RTP no norte do País.

Para o Grupo Parlamentar do PSD é fundamental que a tutela, principal acionista da RTP, dê a conhecer o verdadeiro propósito da alienação, esclarecendo se esta resulta da implementação de algum plano de investimento previsto para o Centro de Produção do Norte ou de uma reestruturação da produção de conteúdos, no âmbito de qualquer decisão estratégica do Conselho de Administração.

Terminou afirmando que por todas estas razões o Grupo Parlamentar do PSD requerer a audição da Senhora Ministra da Cultura, do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e da Comissão de Trabalhadores da RTP.

A **Senhora Deputada Rosário Gamboa (PS)** sublinhou o carácter distinto dos dois requerimentos apresentados, sendo que o requerimento do Grupo Parlamentar do PS respeita à alienação dos terrenos do Centro de Produção do Norte e o do Grupo Parlamentar do PSD aos planos urbanísticos projetados para os terrenos do Centro de Produção do Norte, no Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia. Disse que o Grupo Parlamentar do PS subscreve todas as questões

levantadas no requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mas já não a parte respeitante à questão de saber quem é o protagonista desta situação. A este respeito, sublinhou que o próprio Grupo Parlamentar do PS já dirigiu uma pergunta à Senhora Ministra da Cultura no sentido de clarificar se tinha conhecimento de toda esta questão, recordando também que, como é sabido, o Ministério da Cultura não interfere nas decisões do Conselho de Administração da RTP, sendo os protagonistas aqueles que podem tomar decisões sobre esta matéria. Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PS concorda com as audições da Comissão de Trabalhadores e do Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, mas opõe-se à da Senhora Ministra da Cultura, que no caso em apreço não é uma das protagonistas da situação em apreço.

Para concluir disse que na audição regimental que terá lugar no dia 13 de maio os Grupos Parlamentares terão oportunidade de colocar as questões que entenderem sobre esta matéria à Senhora Ministra da Cultura.

A este respeito, a **Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP)** sublinhou que o Grupo Parlamentar do PCP acompanha as preocupações patentes nos requerimentos apresentados, considerando ser benéfico tentar obter o esclarecimento possível sobre todas estas questões. Em relação ao requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o Grupo Parlamentar do PCP considera extremamente útil ouvir a Senhora Ministra da Cultura sobre esta questão. Apesar de o Grupo Parlamentar do PS já ter dirigido uma pergunta ao Ministério da Cultura sobre esta questão e de já ter obtido a resposta, considera que há detalhes desta situação que têm de ser esclarecidos por parte da Senhora Ministra da Cultura e daí propor que seja acrescentada uma ronda adicional à audição regimental que vai ter lugar no dia 13 de maio para que se possa esclarecer esta questão.

Para terminar, sublinhou levantar as suas reticências quanto à audição proposta pelo Grupo Parlamentar do PSD ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia atendendo ao princípio de separação de poderes entre os órgãos em causa. Para o Grupo Parlamentar do PCP não é curial fazer um requerimento a solicitar a vinda de um Presidente de uma Câmara Municipal. O poder local é democrático e autónomo, não sendo curial convocar essas entidades para uma audição. E nesse sentido sugeriu que o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PD fosse alterado no sentido de convidar - e não convocar para uma audição - o

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia a vir à Assembleia da República esclarecer esta questão.

Nesse sentido, propôs à Comissão fazer a votação em separado das audições propostas nos requerimentos apresentados.

As propostas apresentadas pela Senhora Deputada Ana Mesquita (CP) foram aceites por todos, passando-se de seguida a fazer a votação em separado das audições propostas nos requerimentos em apreciação.

Assim:

A audição proposta da Senhora Ministra da Cultura foi aprovada, com os votos a favor dos Grupos Parlamentares do PSD, BE, PCP, CDS-PP e PAN e votos contra do Grupo Parlamentar do PS;

O convite ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia foi aprovado por unanimidade;

A audição proposta da Comissão de Trabalhadores da RTP foi aprovada por unanimidade;

A audição proposta do Presidente do Conselho de Administração da RTP foi aprovada por unanimidade.

12. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), no âmbito do apoio das autarquias locais ao setor da cultura

A Senhora Deputada fez a apresentação do [requerimento](#), após o que foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

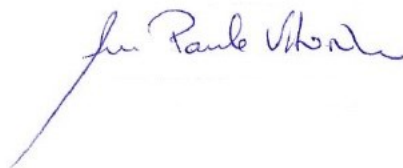
14. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 16 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de maio de 2020

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(ANA PAULA VITORINO)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP, na reunião de 12 de maio de 2020.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço
Ana Mesquita
Ana Paula Vitorino
Ana Rita Bessa
Carlos Silva
Cláudia Bento
Cristina Rodrigues
Fernanda Velez
Filipa Roseta
Helga Correia
Isabel Lopes
Lúcia Araújo Silva
Mara Coelho
Pedro Cegonho
Rosário Gambôa
Sara Velez
Alexandra Vieira
Bruno Aragão
Cristina Sousa
José Cancela Moura
Olga Silvestre
Ricardo Baptista Leite

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Beatriz Gomes Dias
José Magalhães
Sofia Araújo